

ABRIL INDÍGENA: VALORIZAÇÃO CULTURAL E DEFESA DE DIREITOS DOS POVOS ORIGINÁRIOS

Paulo Jean Pereira Alves ¹
Kelvis Duank Ribeiro de Oliveira²
Kelly Gonçalves Bizerra³
Rosangela Malachias ⁴

RESUMO

Este trabalho relata a experiência da concepção teórica e prática do evento intitulado: “Abril Indígena: Valorização cultural e defesa de direitos dos povos originários” realizado no IFGoiano Campus Urutaí. O mês de Abril é um período de extrema importância no calendário de lutas sociais do Brasil. É quando dedicamos nossa atenção à visibilidade e à reivindicação dos direitos dos povos indígenas. Durante todo o mês e, especialmente no dia 19, objetiva-se destacar o papel vital dos Povos Indígenas na luta contínua pela preservação da terra, defesa da cultura, saberes e tradições de seus ancestrais, historicizar e demonstrar a resistência incessante contra invasores, grileiros e latifundiários, que avançam e dizimam seus povos. Metodologicamente, o Abril Indígena, organizado pelo NEABI do IF Goiano Campus Urutaí, adquire relevância no contexto educacional e social. O evento abrange elementos subjetivos, estruturais e conjunturais (Munanga, 2003; Baniwa, 2019; Silva, 2017). A escolha do *locus* do evento se justifica por ser o Campus Urutaí o Campus do IF Goiano com a maior quantidade de indígenas, atualmente com duas etnias, Xakriabá e Puruborá e pioneiro no ingresso de estudantes indígenas, desde o início dos anos oitenta, número que teve aumento significativo após a promulgação e regulamentação da Lei de Cotas nº 12.711 de 2012. Atualmente com 38 estudantes indígenas da etnia Xakriabá localizada na região do Estado de Minas Gerais, e uma estudante da etnia Puruborá do estado de Rondônia. Em face desses fatos, o objetivo principal foi promover a conscientização sobre as lutas e direitos dos povos indígenas por meio de atividades educativas, culturais, palestra e mesa redonda a respeito dos direitos dos povos indígenas.

Palavras-chave: Abril indígena; Valorização; Saberes; Xakriabá; Direitos Humanos.

INTRODUÇÃO

O mês de abril se tornou um tempo de reflexão intensa sobre a história e a cultura dos nossos povos originários. É hora de enxergar suas contribuições vitais para a identidade

¹ Doutorando em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - PPGEDUC-UFRJ, paulo.jean@ifgoiano.edu.br

² Estudante do Técnico Integrado ao Ensino Médio, IFGoiano-Campus Urutaí, kelvisduankxkb@gmail.com

³ Graduando em Bacharelado em Medicina Veterinária, IFGoiano-Campus Urutaí, kelygoncalves678@gmail.com

⁴ Professora Doutora Associada da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - Faculdade de Educação da Baixada Fluminense. Docente Permanente do PPGEDUC-UFRJ, rmalachias@ufrj.br

brasileira e, acima de tudo, valorizar a riqueza de seus saberes, experiências e modos de vida. Nossas conversas trouxeram reflexões profundas sobre a história, os desafios e o futuro do povo Xakriabá. Sentimos, mais uma vez, a relevância de colocar a produção acadêmica a serviço dos povos indígenas.

Até 2022, a data de 19 de abril era o "Dia do Índio" em todo território brasileiro — uma expressão marcada por preconceitos coloniais, que rotulavam esses povos como "selvagens" e, pior, apagavam a diversidade enorme de culturas e línguas. A grande mudança veio graças a uma liderança: Joenia Wapichana, foi eleita Deputada Federal nas eleições de 2018. Ela assumiu o mandato para a legislatura 2019–2022, representando o estado de Roraima. Foi ela quem, com o Projeto de Lei nº 5.546/2019, instituiu oficialmente o Dia dos Povos Originários, finalmente promovendo o reconhecimento e a valorização da nossa pluralidade.

No cenário educacional mais amplo, a comemoração dessa data muitas vezes se restringia a práticas superficiais, como pintura facial ou confecção de adornos com penas, reproduzindo imagens estereotipadas e simplificadas de culturas complexas e diversas. Essas ações configuram o que se denomina “pedagogia do evento” (Bakke, 2011), ou seja, abordam a temática indígena de forma pontual e desconectada do currículo escolar, sem promover a integração efetiva dos saberes e experiências indígenas ao cotidiano educativo.

Indo na contramão das celebrações superficiais, o IF Goiano – Campus Urutaí deu um passo importante! Em abril de 2025, o Campus realizou o evento "Abril Indígena: Valorização Cultural e Defesa de Direitos dos Povos Originários". Essa iniciativa nasceu de um projeto da Rede Antirracista do Ministério da Igualdade Racial (MIR) (edital nº 007/2024) e foi organizada pelo Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI) do Campus Urutaí.

Nos dias 09 e 11 de abril de 2025, a programação alcançou tanto a comunidade acadêmica, quanto o público externo, já que foi um evento híbrido, com transmissão ao vivo pelo canal oficial do Campus no YouTube. A ideia era clara: levar a discussão profunda a todos.

Dentro dessa programação, no dia 09 de abril de 2025, pela manhã, a professora Dra. Eunice Pirkodi Caetano Moraes Tapuia, que é a primeira mulher indígena a se tornar professora efetiva da Universidade Federal de Goiás, ministrou a palestra “*Refletindo o racismo e seus impactos contra os povos indígenas*”, abordando questões estruturais que afetam os povos originários, sobretudo nas áreas da educação e do acesso a políticas públicas. O debate foi mediado pelo servidor Ms. Paulo Jean Pereira Alves e contou com grande participação do público.

Já no período vespertino, ocorreu a mesa-redonda “*Xakriabá: um olhar sobre as pesquisas*”, com a presença da Professora Dra. Grassyara Pinho Tolentino, da Professora Ma.

Natália Macedo Nunes, além do servidor Ms. Paulo Jean Pereira Alves e da servidora Ma. Marilene Santana, sob mediação da servidora Ma. Luciana Teles dos Santos Mesquita de Sousa. Nossas conversas geraram reflexões profundas sobre a história, os desafios e, principalmente, o futuro do povo Xakriabá. Sentimos, mais uma vez, a urgência de colocar a produção acadêmica a serviço dos povos indígenas.

No dia 11 de abril de 2025, houve a exibição de um documentário nos confrontou com a realidade e a luta dos povos indígenas no Brasil. Foram relatos de arrepiar, reforçando o quanto é crucial defender a preservação cultural e combater as diversas formas de opressão que, infelizmente, ainda persistem.

O encerramento ocorreu em um momento especial conduzido pelos(as) discentes indígenas do campus, que compartilharam suas vivências, desafios e conquistas no IF Goiano – Campus Urutaí. Esse espaço de fala e troca de experiências reafirmou o compromisso institucional para com a inclusão e o respeito à diversidade cultural, além de consolidar o evento como um marco para o diálogo e o fortalecimento das lutas indígenas no ambiente acadêmico.

O NEABI do Campus Urutaí dedica-se a uma ampla gama de áreas de pesquisa e estudo, que abrangem temas como história e memória social, currículo e formação de professores, trabalho e relações étnico-raciais, estudos de gênero e diversidade sexual, psicologia social e identidade racial, religiosidade de matriz africana, além de comunicação social e estudos culturais. O núcleo promove a aproximação efetiva entre a Instituição e a comunidade indígena, quilombolas, pretos e pardos, aproximando esses estudantes também das informações institucionais, editais, eventos, pesquisa, extensão entre outros.

O IF Goiano – Campus Urutaí não é um lugar qualquer; ele é casa para uma expressiva população estudantil indígena, especialmente do povo Xakriabá. Essa diversidade é um reflexo direto e um grande avanço das políticas públicas, como a Lei de Cotas (Lei nº 12.711/2012). Esta lei histórica garante que 50% das vagas em Instituições Federais sejam reservadas priorizando estudantes que cursaram o Ensino Médio integralmente em escolas públicas levando em conta, critérios importantes como renda, raça/cor e pessoas com deficiência (BRASIL, 2012, p. 1). Ou seja, as políticas afirmativas em curso no Campus transformam vidas e promovem a inclusão.

É inegável: em sua primeira década, a Lei de Cotas transformou o Ensino Superior, ampliando a diversidade com o ingresso de estudantes pretos, pardos e indígenas, além de acolher discentes de baixa renda (Franco; Rangel, 2018, p. 7).

Contudo, a luta não para por aí. Sabemos que ainda persistem desafios reais ligados à permanência estudantil, ao desempenho acadêmico e à evasão. Isso demanda ações

complementares urgentes das instituições para que se garanta a igualdade real em todo o processo formativo (Cunha; Silva; Carvalho, 2018, p. 136). A inclusão vai além da porta de entrada e precisamos garantir que todos prosperem.

Para este estudo, escolhemos um relato de experiência (de natureza qualitativa e descritiva). A metodologia nasceu de um olhar de perto: da nossa observação direta, da participação ativa na organização do evento "Abril Indígena: Valorização Cultural e Defesa de Direitos dos Povos Originários" no IF Goiano – Campus Urutaí e, claro, da análise cuidadosa dos registros institucionais que o NEABI disponibilizou. Em suma, o estudo é construído a partir de uma vivência real.

Os resultados dessa vivência são animadores e transformadores. O evento possibilitou muito mais do que a simples valorização das identidades indígenas no espaço acadêmico. Ele impulsionou a criação de práticas pedagógicas críticas e, acima de tudo, pautadas em um diálogo intercultural genuíno e no reconhecimento da diversidade. Isso se concretizou no encerramento, quando os estudantes indígenas conduziram um espaço de fala e troca que, ao compartilhar suas vivências e conquistas no IF Goiano – Campus Urutaí, formalizou a perspectiva indígena como uma fonte válida e central de conhecimento acadêmico

Mais do que isso, ficou evidente que as ações do NEABI contribuem diretamente para o fortalecimento da permanência estudantil. O melhor é que essa experiência ajudou a construir uma consciência social mais ampla entre todos os participantes, sejam eles indígenas ou não indígenas. A transformação foi para todos.

Neste contexto, o objetivo deste artigo é claro e urgente: relatar essa experiência vivenciada no evento, destacando suas implicações diretas na formação crítica dos participantes e, acima de tudo, no fortalecimento da identidade indígena dentro da educação. Com isso, pretendemos contribuir ativamente para a reflexão sobre o papel vital das Instituições Federais de Ensino — e, em especial, dos NEABIs — na promoção da equidade racial, na construção de uma educação verdadeiramente inclusiva e no enfrentamento das práticas discriminatórias que persistem no Brasil.

METODOLOGIA

A natureza deste trabalho é de relato de experiência, fundamentado na observação participante durante a organização e execução do evento Abril Indígena: Valorização Cultural e Defesa de Direitos dos Povos Originários, realizado no mês de abril de 2025. O evento nasceu de uma iniciativa do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI) do IF Goiano –

Campus Urutaí. A força motriz veio de um projeto de extensão submetido à Rede Antirracista do Ministério da Igualdade Racial (MIR), Edital nº 007/2024.

Os caminhos escolhidos para a metodologia foram totalmente integrados em práticas participativas e colaborativas, unindo de forma inédita ensino, pesquisa e extensão. Não foi só teoria, foi ação conjunta. Foram utilizadas ferramentas como palestras, mesas-redondas e exposições culturais, todas orientadas para a valorização das culturas indígenas e a defesa de seus direitos. As atividades centrais foram organizadas em dois eixos: a palestra “Refletindo o racismo e seus impactos contra os povos indígenas”, ministrada pela Prof.^a Dr.^a Eunice Pirkodi Caetano Moraes Tapuia, e a mesa-redonda “Xakriabá: um olhar sobre as pesquisas”, com a participação de professores pesquisadores e estudantes indígenas, em espaço de diálogo horizontal.

Como técnica de pesquisa, aplicou-se a observação participante, com registros em diários reflexivos e documentação audiovisual (fotografias e vídeos). Além da nossa vivência direta, realizamos uma pesquisa sistemática em bases acadêmicas de peso, como Scopus, Web of Science e SciELO. Empregando palavras-chave estratégicas (educação indígena, valorização cultural, saberes, interculturalidade, etc.) para garantir que o estudo estivesse ancorado no conhecimento existente.

É fundamental dizer que o trabalho respeitou integralmente os princípios éticos da pesquisa, assegurando o consentimento dos participantes para o uso de voz e imagem em materiais de divulgação. Por isso, a metodologia não apenas gerou dados, mas favoreceu a construção coletiva de reflexões sobre os direitos indígenas, o enfrentamento ao racismo estrutural e a valorização cultural. O resultado demonstrou que a experiência tem um forte caráter formativo, social e político.

Afim de dar auxílio na organização e redação do texto, contamos com o apoio da inteligência artificial ChatGPT (OpenAI, 2025). A ferramenta ajudou na revisão linguística, na estruturação dos parágrafos e na síntese de informações complexas. É fundamental a transparência: embora a tecnologia tenha sido uma aliada, todas as análises, interpretações e conclusões apresentadas neste artigo são de responsabilidade exclusiva dos autores. A máquina ajudou a polir, mas o conteúdo, a reflexão e o conhecimento são inteiramente humanos.

REFERENCIAL TEÓRICO

O mês de abril ocupa lugar de destaque no calendário de lutas sociais no Brasil, sendo reconhecido como um período de mobilização política e cultural em torno dos direitos dos

povos indígenas. Como aponta Baniwa (2019, p. 45), este mês não é apenas um calendário; ele representa um momento de visibilidade e reivindicação. É quando os povos originários vêm a público para reafirmar, com total centralidade, a importância da terra, da cultura e da memória coletiva para a sua sobrevivência.

Assim, o período não é apenas um marco de protesto, mas uma grande afirmação identitária. Através de eventos vibrantes, manifestações artísticas e oficinas, as comunidades indígenas compartilham saberes, celebram tradições e, o mais importante, fortalecem sua resistência (Grupioni, 2006, p. 72), a luta é feita de cultura.

O mês de abril carrega não só o peso político, mas também uma imensa dimensão pedagógica. Afinal, a Lei nº 11.645/2008 tornou obrigatória a inclusão da história e cultura afro-brasileira e indígena nos currículos da educação básica. Infelizmente, a realidade é outra, como observa Silva (2017, p. 210), essa inserção costuma ocorrer de forma pontual e superficial, o que ele brilhantemente denomina de "pedagogia do evento". É exatamente por isso que o evento Abril Indígena: Valorização Cultural e Defesa de Direitos dos Povos Originários é fundamental. É por isso que o evento Abril Indígena não é só teoria: ele se torna a força necessária para romper com abordagens estereotipadas e, finalmente, promover a interculturalidade no espaço escolar e acadêmico. A teoria vira prática transformadora.

Neste cenário complexo, onde o desafio da superficialidade curricular se choca com a promessa de uma educação verdadeiramente intercultural, o papel de quem executa é crucial. Por isso, os Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABIs) surgem como espaços vitais de resistência, pesquisa e produção de saberes, sendo a linha de frente dessa transformação educacional. Como destaca Santos (2019, p. 40), essas instâncias são a ponte que une três dimensões — ensino, pesquisa e extensão — e, o mais importante, aproximam a comunidade acadêmica das realidades afro-brasileiras e indígenas. Munanga (2003, p. 87) nos lembra o porquê de isso ser tão urgente: a valorização da diversidade cultural na educação não é opcional; é essencial para que possamos, de fato, enfrentar o racismo estrutural e consolidar políticas de inclusão que funcionam. Os NEABIs são a linha de frente dessa missão.

O IF Goiano – Campus Urutaí é um caso emblemático e inspirador. A unidade é casa para o maior número de estudantes indígenas da Instituição, com forte presença do povo Xakriabá. Essa inclusão vibrante não é por acaso: ela é um reflexo direto da Lei de Cotas (Lei nº 12.711/2012). Essa política garante que 50% das vagas em Instituições Federais sejam reservadas para estudantes de escolas públicas, considerando também os critérios étnico-raciais (Brasil, 2012).

Como apontam estudos (Heringer, 2018, p. 330; Franco e Rangel, 2018, p. 10), a Lei ampliou o acesso de indígenas e negros ao Ensino Superior. Contudo, a luta não para na porta de entrada. Os desafios de permanência e sucesso acadêmico ainda persistem, o que reforça a importância crucial de ações de acolhimento e suporte como as realizadas pelo Campus.

É por tudo isso que o Abril Indígena: Valorização Cultural e Defesa de Direitos dos Povos Originários, promovido pelo NEABI do IF Goiano – Campus Urutaí, adquire uma relevância inquestionável. Ele não apenas articula, de forma vital, ensino, pesquisa e extensão, como também fortalece ativamente o protagonismo indígena dentro do espaço acadêmico.

O evento é muito mais do que uma agenda: ele se constituiu em um espaço real de diálogo intercultural, de formação crítica e de construção coletiva. Seu legado é claro: contribuir para a valorização da diversidade e para a luta contínua por um Brasil mais justo, plural e verdadeiramente inclusivo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados encontrados corroboram a literatura que destaca o papel da educação como espaço privilegiado para a promoção da diversidade e para a desconstrução de preconceitos. Conforme afirma Bonin (2010, p. 75), “o estudo das temáticas indígenas na escola nos ajuda a compreender identidades, diferenças e diversidade, abrindo espaço para a alteridade”. Esse entendimento foi evidenciado nas falas e percepções dos participantes durante as atividades, que reconheceram a importância da representatividade indígena no meio acadêmico.

O evento contou com 228 participantes inscritos presencialmente e mais 58 pessoas que acompanharam as atividades pelo canal oficial do IFGoiano – Campus Urutaí no YouTube, o que evidencia o alcance das ações e a relevância da temática para além dos limites físicos do Campus. Esses números demonstram o engajamento da comunidade acadêmica e externa, consolidando o Abril Indígena como espaço formativo e de mobilização social.

A palestra da Prof.^a Dr.^a Eunice Pirkodi Caetano Moraes Tapuia e a mesa-redonda com professores e estudantes indígenas favoreceram a construção de reflexões críticas sobre racismo estrutural e identidade. Esse resultado dialoga diretamente com o artigo “Mitos e verdades sobre a história e cultura indígena”, em que a autora escreve: “ainda hoje é comum ouvir que os indígenas não existem mais ou que vivem isolados em aldeias; tais visões negam sua presença contemporânea e sua luta por direitos” (Ana Paula, 2022, p. 46). A experiência vivida no Abril

Indígena desconstruiu justamente esses estereótipos, mostrando os povos indígenas como sujeitos ativos da história atual.

Do mesmo modo, as oficinas culturais e exposições reforçaram a importância da preservação das tradições, línguas e modos de vida. Esse aspecto encontra respaldo no artigo “Educando para a diversidade”, em que se destaca: “a escola é espaço de enfrentamento de estereótipos, pois possibilita reconhecer os povos indígenas como produtores de conhecimento e cultura” (Carolina, 2021, p. 62). O relato dos estudantes Xakriabá durante o evento reforçou a potência dessa perspectiva, aproximando saberes ancestrais do contexto acadêmico.

O impacto formativo nos estudantes também merece destaque. A integração entre ensino, pesquisa e extensão proporcionou experiências que extrapolaram a teoria, desenvolvendo competências relacionadas à empatia, cidadania e respeito às diferenças. Tal resultado é confirmado no artigo “Povos indígenas e suas contribuições na cultura nordestina e o povo Pataxó”, no qual se lê: “a valorização dos saberes tradicionais e a troca de experiências entre indígenas e não indígenas contribuem para fortalecer a identidade cultural e ampliar a consciência social” (Adriana Costa da Conceição, 2020, p. 18).

Por fim, o engajamento da comunidade local e a ampla participação evidenciam o fortalecimento das ações de extensão do NEABI. Esse resultado vai ao encontro da análise de Silva (2012, p. 12), quando afirma que “o ensino sobre os povos indígenas, a partir da Lei 11.645, deve ser visto como compromisso ético e político, contribuindo para a justiça social e para a reparação histórica”.

Assim, os dados empíricos encontrados, quando relacionados à produção acadêmica existente, demonstram que o evento Abril Indígena alcançou seus objetivos de forma criativa, inovadora e ética, consolidando-se como espaço de reflexão, resistência e valorização cultural.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O relato de experiência apresentado confirma que o Abril Indígena: Valorização Cultural e Defesa de Direitos dos Povos Originários cumpriu papel essencial na promoção da interculturalidade e no fortalecimento da identidade indígena no contexto acadêmico. Os resultados apresentaram práticas educativas que se baseiam em diálogos horizontais realmente transformam. Elas são a chave para desconstruir estereótipos antigos, valorizar os saberes ancestrais e, de forma concreta, consolidar políticas de permanência estudantil.

Tudo isso, no fim das contas, serve para reafirmar o protagonismo dos povos originários dentro do ambiente universitário. O diálogo não é apenas uma ferramenta; é a base para a equidade.

Do ponto de vista prático, o evento provou que é totalmente viável ir muito além da "pedagogia do evento" (Bakke, 2011), demonstrando que ações que integram ensino, pesquisa e extensão, podem vir a ser práticas transformadoras. O impacto foi direto e real, alcançando não só a comunidade acadêmica, mas também a sociedade como um todo. O Abril Indígena mostrou o caminho para a mudança concreta. Para a comunidade científica, abre-se a possibilidade de ampliação de estudos que abordem a permanência estudantil indígena, as estratégias de enfrentamento ao racismo estrutural e a inserção dos saberes tradicionais nos currículos formais.

Por fim, destaca-se a necessidade de novas pesquisas que aprofundem a análise das contribuições dos NEABIs como espaços de resistência e produção de conhecimento, além de investigações comparativas em outras Instituições Federais. Tais caminhos podem enriquecer os debates sobre equidade racial, educação inclusiva e valorização cultural, reafirmando a importância de experiências como está na construção de uma sociedade plural e democrática.

AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem ao Instituto Federal Goiano – Campus Urutaí, pelo apoio institucional, financeiro e pela abertura de espaços de diálogo que possibilitaram a realização do evento Abril Indígena.

Ao Neabi do Campus Urutai, pelo apoio, organização e execução do evento.

À Fundação de Apoio a Pesquisa - FUNPE, pelo incentivo financeiro para realização de nosso evento.

Ao Projeto Antirracista do Ministério da Igualdade Racial (MIR), pelo financiamento e fomento às iniciativas que buscam a promoção da equidade racial e a valorização das culturas indígenas e afro-brasileiras.

À Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), pela formação acadêmica e pelo apoio intelectual e financeiro na construção *deste* trabalho.

E, de maneira especial, aos estudantes indígenas Xakriabá do Campus Urutaí, cuja presença, protagonismo e participação ativa tornam viva a luta por reconhecimento, valorização cultural e defesa dos direitos dos povos originários.

REFERÊNCIAS

- BANIWA, G. *O movimento indígena e a luta por direitos no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- BANIWA, Gersem José dos Santos. *Educação escolar indígena: diversidade sociocultural indígena ressignificando a escola*. Revista Brasileira de Educação, v. 24, 2019.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado, 1988.
- BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394/96, modificada pela Lei nº 10.639/2003, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 11 mar. 2008.
- BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Lei de Cotas. DOU, Brasília, 30 ago. 2012.
- CAROLINA do Carmo Castro. *Educando para a diversidade: a contação de história como possibilidade para o ensino dos povos indígenas*. Anais da Semana dos Povos Indígenas (SPI), v. 3, n. 1, 2024. Relato de Experiência.
- BAKKE, Rachel R. B. *Na escola com os orixás: o ensino das religiões afro-brasileiras na aplicação da Lei 10.639/03* (Tese de Doutorado). Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.
- BONIN, Iara Tatiana. Narrativas sobre diferença indígena: como se produz um “lugar de índio” no contexto escolar. *Revista Brasileira de Educação*, v. 15, n. 44, p. 74-88, 2010.
- CASTRO, Carolina do Carmo. *Educando para a diversidade: a contação de história como possibilidade para o ensino dos povos indígenas*. Anais da Semana dos Povos Indígenas (SPI), v. 3, n. 1, p. 60-65, 2024.
- CONCEIÇÃO, Adriana Costa da. *Povos indígenas e suas contribuições: cultura nordestina e o povo Pataxó*. Anais da Semana dos Povos Indígenas (SPI), v. 3, n. 1, 2024. Relato de Experiência.
- CUNHA, L.; SILVA, M.; CARVALHO, A. Dez anos da Lei de Cotas: avanços e desafios na inclusão social e racial no ensino superior brasileiro. *Revista Administração em Diálogo*, Florianópolis, v. 20, n. esp., p. 130-145, 2018. DOI: 10.1590/2175-8077.2018V20nespp130.
- FRANCO, R.; RANGEL, P. Impactos da política de cotas no perfil socioeconômico dos estudantes de universidades federais. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 23, p. 1-20, 2018.
- GRUPIONI, L. D. B. *Formação de professores indígenas: repensando trajetórias*. Brasília: MEC, 2006.
- HERINGER, R. Ações afirmativas no ensino superior: balanço e perspectivas. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 39, n. 142, p. 327-345, 2018.
- KRENAK, Ailton. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

MUNANGA, K. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra*. Petrópolis: Vozes, 2003.

OPENAI. ChatGPT: modelo de linguagem. Disponível em: <https://chat.openai.com/>. Acesso em: 26 set. 2025.

PROFESSORES INDÍGENAS. Práticas sensoriais e permanentes para valorizar a cultura indígena nas escolas. Educação Integral

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SANTOS, A. L. NEABIs como espaços de resistência e construção de saberes. *Revista da ABPN*, Belo Horizonte, v. 11, n. 28, p. 35-52, 2019.

SANTOS, Ana Paula de Jesus. *História e Cultura Indígena: mitos e verdades sobre a história e cultura indígena*. Anais da Semana dos Povos Indígenas (SPI), v. 3, n. 1, 2024. Relato de Experiência.

SILVA, A. R. Educação intercultural e a pedagogia do evento: desafios da Lei 11.645/2008. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, v. 22, n. 69, p. 203-221, 2017.

SILVA, Edson. Povos indígenas: história, cultura e o ensino a partir da Lei 11.645. *Revista Historien UPE/Petrolina*, v. 7, 2012.

SILVA, Maria de Fátima Barbosa da. Livro didático de História: representações do ‘índio’ e contribuições para a alteridade. *Revista História Hoje*, v. 1, n. 2, p. 151-168, 2012.

TUCUM. *Abril indígena: reconstrução e retomada*. Blog Tucum Brasil, 3 abr. 2023.
NOVA ESCOLA. *Editorial: Abril Indígena – já pensou em dar o primeiro passo e mudar sua prática?* Nova Escola.